

Juro a 12% cria polêmica no texto final

Em seu primeiro dia de trabalho a Comissão de Redação da Constituinte aprovou 90% das sugestões do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) para a adequação do texto da futura Constituição votado no segundo turno. O tabelamento dos juros em 12% ao ano, que no seu parecer o relator transformou de parágrafo em inciso, enquanto que o plenário aprovou como parágrafo, ficou para ser analisado hoje. Há muitas divergências a esse respeito: as esquerdas e o autor da proposta, deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), não aceitam essa alteração.



Entre as 57 sugestões do relator para sanar as omissões e contradições do texto, o plenário da Comissão aceitou, por exemplo, uma solução para a definição de quais são os bens do DF. Ficou definido que se incluem entre os bens do Distrito Federal "os que lhes forem atribuídos pela União na forma da lei". Foi corrigida também, por consenso da Comissão, a omissão do texto que não incluía os vencimentos do presidente, vice-presidente e ministros de Estados na cobrança do imposto de renda. O critério será o mesmo estabelecido para os parlamentares, ministros militares e ministros dos tribunais, com a cobrança do IR sobre o total dos vencimentos.

Mérito

Ao final da reunião, às 20h00, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) declarou que o andamento dos trabalhos foi mais rápido

do do que ele esperava. Garantiu que não houve mudanças no mérito do texto, mas sim adequações que precisavam ser feitas e são perfeitamente regimentais e que todos tiveram a preocupação de fazer adaptações ao que foi votado pelos constituintes no segundo turno.

Os deputados Haroldo Lima (PC do B-BA) e José Genoíno (PT-SP) não concordam. Haroldo protestou, mas foi voto vencido, contra a retirada da palavra "naturais" da expressão "calamidade", que é uma das condições em que é permitido ao Presidente da República decretar o Estado de Emergência. O deputado acredita que a supressão da palavra, feita pelo relator, pode dar uma ampla interpretação do que é calamidade. Assim, uma greve nas refinarias de petróleo, por exemplo, poderia ser considerada uma calamidade, segundo ele. José Genoíno também condenou a supressão, por parte do relator, da palavra "minas".

Omissões

A maior parte das alterações feitas no texto ontem, no entanto, foram de corrigir as omissões e contradições. Hoje, será analisado o tabelamento de juros. Em seguida os membros da Comissão começam a discutir suas próprias propostas de adequação do texto e só no final analisam as sugestões do filólogo Celso Cunha, que sugeriu correções de linguagem em mais de 190 dispositivos do texto. Ulysses Guimarães disse que pretende terminar esse trabalho hoje, para amanhã começar a ser distribuída aos constituintes a redação aprovada pela Comissão, que servirá de base para que eles encaminhem suas propostas na sexta e no sábado.

Indefinida festa da Carta

O 1º secretário da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), procurará obter, hoje, do presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, uma definição sobre a realização, ou não, no dia 5 de outubro, de uma festa popular, em frente ao Congresso, comemorativa da promulgação da nova Constituição.

A idéia da festa surgiu há vários dias, mas Ulysses não tomou nenhuma iniciativa para a sua realização, voltando-se mais para detalhes relacionados à redação final da Carta e à solenidade que será realizada naquele dia, em plenário, para a qual serão expedido 2.000 convites.

Marcelo Cordeiro é favorável à festa popular, "diante do significado histórico do acontecimento" mas reconhece que se não houver uma decisão imediata a respeito, será difícil a sua realização porque os preparativos envolvem vários aspectos, inclusive financeiros, que

devem ser previamente fixados.

Algumas empresas especializadas na promoção de grandes eventos já apresentaram propostas para a organização da festa, mas Marcelo Cordeiro ainda não sabe de quanto a Constituinte poderá dispor, esperando resposta a uma consulta que fez nesse sentido ao diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino.

Independentemente da festa popular, a solenidade prevista para o dia 5 terá custos extraordinários que incluem o pagamento da hospedagem das delegações estrangeiras e das medalhas alusivas à promulgação da Constituição.

Até ontem, segundo Marcelo Cordeiro, ainda não havia uma definição sobre a possibilidade de o presidente Sarney decretar feriado no dia 5 de outubro, conforme desejo dos dirigentes da Constituinte. O que já está certo é a transmissão direta de toda a solenidade pelas principais redes brasileiras de TV.



Ao presidir os trabalhos da comissão de redação, Ulysses se mostrou surpreso com o andamento rápido dado ao trabalho

OAB tirará dúvida constitucional

"Agora, os sindicatos vão ter que possuir mais advogados e menos médicos e dentistas". O comentário é do líder do PT na Constituinte e candidato à Presidência da República, deputado Luís Inácio Lula da Silva, ao comentar o fortalecimento dos sindicatos e das entidades da sociedade brasileira com a nova Constituição. A OAB dá razão a Lula. Ontem, o presidente do Conselho Federal da OAB, Márcio Thomaz Bastos, deu posse à comissão pós-constitucional formada por 12 advogados, com a missão de preparar a aplicação real da nova Carta a cada cidadão. Outra tarefa dessa comissão: resolver as dúvidas que surgirão quando a nova Constituição entrar em vigor.

Dúvidas, realmente, não faltam. O que é uma propriedade produtiva? Como será aplicado o FGTS aos trabalhadores rurais? No caso de demissão de um trabalhador rural, como se aplicar a multa de 40% sobre o total dos seus depósitos, se estes ainda não existem? São algumas dúvidas que os juizes e parlamentares devem se preparar para resolver, já que começarão a ser discutidas em outubro pelo conselho de representantes da Contag.

Certezas

Se existem dúvidas, também já surgem as primeiras certezas. Tão logo a nova Constituição passe a vigorar, a CUT entrará com um mandado de injunção no Supremo Tribunal Federal exigindo que o salário mínimo passe a atender, realmente, às necessidades básicas do trabalhador, como alimentação, habitação, educação, saúde, transporte, lazer etc. Com o mesmo bom

humor de Lula, o presidente da CUT do Distrito Federal, Chico Vigilante, promete que vai entrar com um habeas data no SNI para conhecer tudo o que existe a seu respeito naqueles arquivos. Com a nova situação, Chico poderá exigir a supressão ou correção dos dados que não sejam verdadeiros.

O mandado de injunção — pelo qual, qualquer cidadão pode reclamar no Supremo o cumprimento de um direito seu — deverá provocar polêmicas insuspeitadas até agora. Assim, a CNBB evita comentar se pretende se utilizar dessa medida para tentar impedir a exibição do filme "A Última Tentação de Cristo", de Martin Scorsese (a censura agora é apenas classificatória). No entanto, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) garante: vai usar o

Mino Pedrosa



Márcio Thomaz Bastos

mandado de injunção, juntamente com "outros cidadãos indignados" para tentar tirar do ar novelas que sejam pronográficas ou atentatórias à moral e aos bons costumes. "Quem pensa que a censura acabou, está enganado" — proclamava ela no último dia de votação da Constituinte.

Revisões

As mulheres também se preparam, mas estão mais atentas à elaboração da legislação complementar e à revisão da CLT e do Código Civil. Assim, segundo a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Jacqueline Pitanguy, as mulheres deverão exigir o fim da legislação protecionista da CLT que as impede de exercerem trabalhos insalubres e noturnos. Na revisão do Código Civil, querem o fim da precedência da família paterna sobre a materna no caso de morte dos pais com filhos menores. Pela situação vigente, nesse caso, a família paterna tem a precedência para ficar com os órfãos.

As mulheres já estão atentas para outro perigo representado pela disposição de muitas empresas só aceitarem empregá-las se forem estereis ou tiverem passado da idade de serem mães. O CNDM entrou em contato com todos os sindicatos do País e as delegacias regionais do Ministério do Trabalho para que essas denúncias lhe sejam encaminhadas.

Jacqueline Pitanguy, nesse campo, já tem uma vitória. Recentemente, o Sine passou a procurar mulheres estereis ou que não mais pudessem ser mães para empregá-las em diversas empresas. Houve o escândalo e o Sine recuou.

Constituinte já tem audiovisual

Os bastidores das negociações da Constituinte que escaparam da "malha fina" da imprensa serão registrados pelo Núcleo de História Oral da Constituinte, criado pela Mesa Diretora da Assembléia para organizar a memória audiovisual dos 20 meses de debates e discussões em torno da elaboração da nova Carta. O núcleo, coordenado pelo jornalista Jorge Cartaxo, dentro de quatro meses iniciará a fase de coleta de depoimentos, ouvindo todos os parlamentares, além de representantes da sociedade civil que, de alguma forma, participaram das negociações.

"A idéia é recuperar tudo o que a imprensa não viu e que os anais não registraram, reconstruindo um importante momento da história contemporânea", explica o primeiro-secretário da Constituinte, deputado Marcelo Cordeiro, encarregado da organização do trabalho. Para que o que aconteceu nos bastidores seja recuperado com precisão, o ato da Mesa que criou o núcleo assegura sigilo de 15 anos para os depoimentos, se o entrevistado o exigir.

"Este sigilo permite que um constituinte que tenha um segredo que não pretende revelar agora, por conveniência da conjuntura política, possa contá-lo ao núcleo preservando a História", diz Marcelo Cordeiro, ressaltando que no caso de morte do entrevistado "o segredo não seria enterrado junto". Além de gravações em fitas cassete, os depoimentos serão filmados em película — a idéia inicial era o sistema de videocassete, mas a pouca durabilidade das gravações neste sistema fez com que o projeto fosse revisto.